

Representações, exclusões e apoio ao Golpe Militar no Presbiterianismo: uma análise histórica das tendências conservadora e ecumênica na Igreja Presbiteriana do Brasil

Representations, exclusions and support to the Military Coup in Presbyterianism: a historical analysis of the conservative and ecumenical tendencies in the Presbyterian Church of Brazil

Isaque de Góes Costa¹

RESUMO: Este artigo analisa as representações formadas no interior da Igreja Presbiteriana do Brasil, expressas nas tendências conservadora e ecumênica, e os consequentes conflitos que resultaram nos expurgos de presbiterianos da denominação, o instrumental metodológico como suporte usado foi a história cultural aplicada a religião.

Palavras-chave: Representações, presbiterianismo, ecumenismo, igreja.

Abstract: This article analyzes the representations formed within the Presbyterian Church of Brazil, expressed in the conservative and ecumenical tendencies, and the consequent conflicts that resulted in the

Artigo recebido em: 29 set. 2017

Aprovado em: 18 dez. 2017

¹ Bacharel em Teologia(FACER), Licenciado em História(FIBRA),Mestrando em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitoria(FUV), na Linha Religião e Esfera Pública.

purges of presbyterians, the methodological instrumental as support used was the cultural history applied to religion.

Keywords: Representations, Presbyterianism, Ecumenism, Church

Introdução

Neste artigo procura-se identificar as principais representações formuladas na IPB, a partir de duas tendências que entraram em conflito no interior da denominação religiosa, especificamente quanto às questões relacionadas ao poder eclesiástico, ao ecumenismo e ao papel da igreja na sociedade.

A questão principal que vai nortear este artigo pode ser formulada a partir da seguinte indagação: quais as principais representações elaboradas por essas tendências e suas disputas a partir do ideário religioso formado por teologias, movimentos, eventos significativos, decisões político-eclesiásticas e o imaginário civil-militar no Brasil do período da ditadura? . Para tanto, é proposto um diálogo entre a História Cultural e as Ciências das Religiões. Essa interface tem o objetivo de fugir de uma história positivista ou apenas confessional.

Na obra *História cultural: entre práticas e representações*, Chartier elenca três noções do fazer histórico: “prática, representação e apropriação”². Essas categorias se referem às práticas culturais que são à base da maneira como os homens representam seu mundo social, são matizes de práticas e discursos que comandam atos e constroem o mundo social. Apresenta-se como um construto teórico-metodológico aplicado como suporte para análise da realidade social, tal qual explana Chartierem sua investigação sobre a noção de representação “supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e decompetições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação”³

Para o resgate histórico das tendências entre os presbiterianos, recorre-se à noção de memória, que para Le Goff, podemos entender como uma “propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar

²CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990, p. 27-28.

³ CHARTIER, 1999, p.17.

impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.⁴

1. As Tendências Presbiterianas Conservadora e Ecumênica

Há outras vertentes no presbiterianismo brasileiro, aqui ocupa-se apenas de duas, por estarem relacionadas ao surgimento da Federação de Igrejas Presbiterianas do Brasil (FENIP), que deu origem à Igreja Presbiteriana Unida (IPU). Como constata João Dias de Araújo coexistiam duas tendências na IPB: uma denominacionalista-sectária (nomeada aqui de conservadora ou fundamentalista) apegada ao tradicionalismo e outra ecumênica (ora chamada de progressista). Que “se voltou para o ecumenismo e as questões sociais brasileiras, produzindo novas práticas no interior da IPB, com o conseqüente cerceamento da tendência conservadora”.⁵

1.1. Teologia conservadora e teologia ecumênica

A maioria dos missionários que compunham as missões presbiterianas provinham do Seminário de Princeton ou de instituições sob sua influência. Fundado pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos da América (PCUSA) em 1812, o seminário perdurou como um reduto teológico conservador desde o século XIX. Segundo Gouveia a proposita inicial de Princeton era “manter a ortodoxia calvinista em relação às New Lights (New England Theology), ao mesmo tempo que levava em conta o que estava acontecendo no mundo científico da época”.⁶

Segundo o pesquisador Eduardo Galasso Faria a teologia de Princeton era influenciada por duas correntes que, à época, marcavam o contexto americano: a chamada velha escola, que enfatizava a pureza doutrinária e o governo eclesial; e a nova escola, que, na linha do grande avivalista Jonatas Edwards, enfatizava a pureza da fé sem a necessidade de um respeito exagerado as estruturas institucionais e à constituição da igreja. “Era uma luta da fé, entre sua expressão intelectual e sua compreensão da experiência.

⁴LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990, p. 419.

⁵ARAÚJO, João Dias de. *Inquisição sem Fogueiras*. Rio de Janeiro: ISER, 2º ed. 1982, p. 54.

⁶MENDONÇA, Antônio G. *A herança e a contribuição da reforma para o Brasil*. A importância de João Calvino na teologia e no pensamento cristão. In: LEMBO, Cláudio; COSTA, Hermistein Maia P; GOUVÊA, Ricardo Q. *O pensamento de João Calvino*. São Paulo: Mackenzie, 2000. (Série Colóquios), v.2, p. 133.

Esse clima favoreceu o desenvolvimento de uma teologia conservadora”.⁷

A base filosófica dessa teologia segundo Rogers era a filosofia realista do senso comum, nascida na Escócia no século XVIII, com Tomas Reid (1710-1796). E que ele compreendia a verdade como algo universal, não alterada por quaisquer fatores, quer sejam políticos, econômicos ou sociais. “A consequência natural desse pensamento foi o favorecimento de um fundamentalismo preso à literalidade do texto bíblico, interpretado na base de um escolasticismo teológico e exegético”.⁸

As representações “princetonianas” envoltas no destino manifesto, e vinda com os missionários, se mostraram insuficientes para promover uma ética social, o que resultou em uma formulação teológica individualista, focada na salvação do indivíduo, sectária, sem diálogos com a cultura brasileira e voltada para o céu. Como assinalou Rubem Alves em sua obra *Protestantismo e Repressão*, “o protestantismo que analisamos nunca articulou, espontaneamente, uma ética social. O seu problema é outro. Preocupa-se com a salvação da alma”.⁹

Embora se reconheça a efervescência dos anos 50 como demarcadora da mudança no pensamento teológico protestante, há indícios de que, já nos anos 30, houve a circulação de uma literatura teológica ecumênica, contextual, diferente da lógica conservadora “princetoniana”. Sobre isso corrobora Silas Luiz de Souza quando cita o pastor Wilson Fernandes, que estudou no fim da década de 1930 com Karl Barth, na Europa. Fernandes já disseminava questionamentos no interior da IPB, em jornais como *O Puritano*. O presbiteriano João Del Nero resenhava na revista *Fé e Vida* obras de Barth, Fordisck, Brunner, Tillich, Niebuhr, Temple, Berdiavff, Maritan e Rauschenbush, considerado o “pai do evangelho social”¹⁰. Na pesquisa em que analisa a influência externa no presbiterianismo antes dos anos 50, Souza afirma:

Os líderes presbiterianos brasileiros não estiveram tão dissociados do movimento teológico internacional, como muitos imaginam. Vimos que

⁷ FARIA, Eduardo Galasso. *Fé e Compromisso: Richard Shaull e a Teologia no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2002, p. 35.

⁸ ROGERS, Jack B. *Autoridade e Interpretação da Bíblia na tradição reformada*. In: MCKIM, Donald K. *Grandes Temas da Tradição Reformada*. São Paulo: Pendão Real, 1998, 1998, p. 35-49.

⁹ ALVES, Rubem A. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1979, p. 216.

¹⁰ SOUZA, Silas Luís de. *Pensamento Social e Político no protestantismo brasileiro*. São Paulo: Mackenzie, 2005. 2005, p. 105.

João Del Nero demonstrava familiaridade com os teólogos e cientistas sociais europeus e norte-americanos. Wilson Fernandes entrou em contato direto com a teologia de Karl Barth na Europa. Quase dez anos antes, porém, encontramos um artigo de Erasmo Braga sobre Karl Barth, apresentando sua ação como “uma renovação espiritual na Alemanha” e sugerindo que todos os interessados na renovação do pensamento religioso deveriam ler suas obras, que já estavam, na maioria, em inglês (cf. *O Puritano* 4.5.1929, p.1).¹¹

2. O conselho internacional de igrejas (CIIC) cristãs e o conselho mundial de igrejas (CMI)

Ainda no século XIX, a expansão missionária levou os cristãos ao encontro de povos e culturas diferentes. Esse desafio foi um dos elementos que influenciou o marco inicial do movimento ecumênico: o Congresso Internacional de Missão, realizado em Edimburgo (Escócia), em 1910. A partir dessa conferência, surgiram três organismos que, segundo Júlio de Santanã foram os primeiros brotos do futuro Conselho Mundial de Igrejas Cristãs (CMI):

1) o Conselho Missionário Internacional de Missões, criado em 1920, o qual filou-se ao CMI em 1961 na sua terceira assembleia em Nova Deli na Índia e transformou-se depois na Comissão Mundial de Missão e Evangelismo. 2) o Movimento de Vida e Ação (*Life and Work*), foi criado em Estocolmo na Suécia em 1925.[...]. Pela articulação do bispo sueco luterano Nathan Söderblom (1866-1931); e, 3) [...] o Comitê de Constituição do Movimento - Fé e Ordem (conhecido também como “Fé e Constituição”, reuniu-se em 1920 em Genebra na Suíça. São os primeiros esforços por uma formulação doutrinária comum.¹²

Sobre o nascedouro do CMI, o pesquisador Antônio Telles afirma que, “a partir dos movimentos Missionário, Fé e Constituição, e Vida e Ação, nasceu o ideal de criação de um organismo ecumênico único, no qual fossem concretizados os ideais de unidade orgânica da

¹¹ SOUZA, 2005, p. 115.

¹² SANTA ANA, J. *A caminho de Vancouver*. Caderno do CEDI 12, Rio de Janeiro: CEDI, 1984, p. 73-74.

Igreja”¹³. A união dessas três instituições deu origem ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI).

Paralelamente ao surgimento do CMI, nascia como sua oposição o Conselho Internacional de Igrejas Cristãs (CIIC), fundado no mesmo local e data, tendo à frente o pastor reformado norte americano Carl Curtis McIntire(1906-2002), de linha fundamentalista presbiteriana (fundador da Igreja Presbiteriana Bíblica). Segundo Fajardo, “ainda em seu período de estudante, McIntire avaliou que o Seminário de Princeton era influenciado pela teologia liberal”¹⁴, o que o fez se transferir, em 1929, para o novo seminário de Westminster, novo reduto da ortodoxia, cujo pensamento era alinhado com o movimento fundamentalista protestante norte-americano, com raízes no século XIX, baseado na filosofia realista de Tomas Reid.

Como aponta Faria, o movimento fundamentalista nascente inspirava-se na antiga linha princetoniana, nutrindo-se em teólogos como Benjamim Warfield, os Hodge, Cyrus I, Scofield e John G. Machen, que espalharam e dividiram o protestantismo norte-americano.¹⁵

Essa atmosfera de confronto entre conservadores e modernistas foi transportada ao Brasil, influenciada tanto pelo CMI como pelo CIIC. No âmbito da IPB, havia líderes que defendiam uma aproximação com o CMI, como indica Wanderley Pereira Rosa. “Houve interesse genuíno nessa aproximação, a ponto de a Igreja enviar à Assembleia de Formação do CMI o Rev. Samuel Rizzo, professor em Princeton à época”.¹⁶

Sobre isso, João Dias informa que o presidente do Supremo Concílio, rev. José Borges dos Santos Jr., esteve presente na 3ª Assembleia do CMI em Nova Dheli, apoiando a filiação da Igreja ao Conselho. Por outro lado, Carl McIntire, que esteve no Brasil diversas vezes participando de encontros, conseguiu disseminar seu pensamento, expresso numa teologia “fundamentalista, anticatólica, anticomunista e antiecumênica, que levantava suspeita em relação a

¹³ SILVA, A. C. T. *As origens do movimento ecumênico na Amazônia paraense*. 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Escola Superior de Teologia. EST: Porto Alegre, RGS, 2005, p. 26.

¹⁴ FAJARDO, Alexander. *Fundamentalismo protestante nos Estados Unidos e Brasil: Intolerância religiosa no Rádio e seus (des) caminhos sonoros*. *Revista Paralellus*, Recife, v. 7, n. 15, mai. /ago. 2016, p. 249-271.

¹⁵ FARIA, 2002, p. 35.

¹⁶ ROSA Wanderley Pereira da. *Por uma fé encarnada: Teologia Social e Política no Protestantismo Brasileiro*. 2015. 318 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2015, p. 136.

todo pensamento divergente da ortodoxia. Com essa plataforma não demoraram a surgir desentendimentos graves no seio da IPB”.¹⁷

3. Reação conservadora na mocidade presbiteriana e perseguição aos líderes progressistas

Em 1926, surgiu no Brasil a União de Estudantes para o Trabalho de Cristo, voltada para os secundaristas. Em 1940, a entidade adotou o nome de União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB). O trabalho com estudantes universitários foi organizado no mesmo ano, com o nome de Associação Cristã Acadêmica (ACA). Esses movimentos eram ligados à IPB. A UCEB, por exemplo, teve a presença de Wilson Fernandes, Jorge César Mota, Richard Shaull e outros, que participaram de seus congressos e colaboraram na produção de literatura¹⁸. As reflexões elaboradas pela juventude cristã influenciaram a juventude da IPB, como constata Coppe:

Mas, indubitavelmente, é a Teologia do Evangelho Social de Rauschenbusch que caracterizou o senso de justiça social dos diversos grupos, em especial da UCEB. Diante de uma tendência francamente individualista do protestantismo, o Evangelho social voltava sua atenção para os aspectos coletivos da sociedade moderna e para a necessidade de justiça social. De igual modo, a UCEB recebeu influência da teologia de tradição reformada de Karl Barth (1886-1968), de Paul Tillich (1886-1965), Emil Brunner (1889-1966), Reinhold Niebuhr (1892-1971) e Dietrich Bonhoeffer (1906-1945).¹⁹

Um setor dinâmico na formação de jovens líderes foi a Mocidade Presbiteriana (MP), fundada pelo Supremo Concílio de 1936. Segundo Paul Pierson, citado por Souza os jovens da Igreja “queriam participar das transformações sociais com base na fé que professavam, e isso provocou uma grande efervescência no movimento de jovens presbiterianos”²⁰. Com aval da Igreja, a MP estruturou-se e produziu uma contribuição significativa para a

¹⁷ ARAUJO, 1982, p. 58.

¹⁸ QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Evangélicos e o Mundo Estudantil: uma história da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957-1987)*. Rio de Janeiro. Ed. Novos Diálogos, 2011, p. 21.

¹⁹ COPPE, Moises. *Piedade, responsabilidade e política: história e memória da UCEB*. Belo Horizonte: Filhos da graça / Noah Edições, 2015, p. 85.

²⁰ SOUZA, 2005, p. 166.

inserção de jovens no estudo da cultura e da sociedade brasileira, por meio de congressos, seminários e retiros, além da literatura. Souza indica que os debates no *Jornal MP*, com temáticas sociais e políticas, deveram-se à colaboração de líderes como Richard Shaull, missionário e teólogo norte americano, representante da nova teologia de Princeton, que promovia o diálogo entre cristianismo e marxismo. Billy Gammon, filha de missionários americanos, tornou-se a primeira assessora da Confederação da MP, ajudando a articular os grupos nacionalmente. Sua presença deu novos rumos, pois ela fez pontes com outros grupos e federações cristãs de jovens. Também merece destaque a participação de líderes como “Waldo Cesar, Benjamim Moraes, Joaquim Beato, Paulo Wright, Teófilo Carnier, Lisâneas Maciel, José Borges dos Santos Jr, Adalto Araújo Dourado, Jorge Cesar Mota, e outros, que tinham em comum uma relação com o movimento ecumênico”.²¹

Em 1960, a liderança conservadora conseguiu extinguir a Confederação Nacional de Mocidade Presbiteriana. O desfecho desse período de ebulição de ideias e visões de mundo entre os jovens foi o nascedouro de novas representações religiosas, expressas, segundo Rubem Alvesno “ideal ecumênico e na construção da liturgia e da leitura bíblica como instrumentos de preocupação social”.²²

4. A reação conservadora nos seminários e a exclusão dos professores “ecumenistas e modernistas”

O espaço teológico entrou no cenário das disputas. O que estava em jogo naquele momento era o critério hermenêutico, que expressava uma forma de controle da autoridade religiosa. Segundo Buritya crise teológica desencadeada pelo fenômeno totalitário e seus desdobramentos depois da segunda guerra mundial puseram em evidência dentro e fora do protestantismo a elaboração político-teológica, com a institucionalização do movimento ecumênico em 1948. A teologia produzida como resposta foi diversa. Paul Tillich apresentou a teologia da cultura e o movimento do socialismo religioso; Karl Barth propôs a teologia dialética, com uma crítica ao poder estabelecido pelo Terceiro Reich; “Emil Brunner foi o Teólogo da Igreja; e Dietrich Bonhoefer tornou-se mártir perseguido pelo

²¹ SOUZA, 2005, p. 167.

²² ALVES, 1982, p.167.

nazismo e líder da Igreja Confessante alemã, sendo assassinado por ordem de Hitler”.²³

Nos Estados Unidos, o socialismo religioso teve influência de Reinold Niebhur e o Evangelho social, de Walter Rauchenbusch, pastor e historiador batista. Eles apresentaram uma série de novas preocupações que questionavam o papel da igreja no mundo, o lugar do cristão na política, a crítica ao capitalismo e suas consequências, o diálogo ecumênico e o desafio comunista.

Aquela variedade de ideias começou a circular na teologia brasileira como semente de um novo entendimento da missão e da teologia. Souza registra a inquietação do rev. presbiteriano Wilson Fernandes, já no final da década de 30. Teólogo reformado e escritor, formado no Seminário Presbiteriano de Campinas, Secretário da União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB), estudante em Oxford e na Suíça, Fernandes apresentava no Jornal *O Puritano*, da IPB, a busca por uma perspectiva teológica contextualizada.

Se tudo é diferente porque levantar no Brasil problemas que só interessam particularmente a outros povos? Porque em vez de imitar e importar não auscultamos as nossas necessidades e não fazemos nossa teologia? [...]. Se devemos ler e conhecer o que se passa no estrangeiro sobre teologia porque é útil, também devemos de cogitar de fazermos a nossa teologia sugerida pelas necessidades da nossa igreja e de nosso povo [...]. A grande preocupação do momento é fazer uma teologia prática que irradie calor divino destinado a reanimar e vitalizar as partes glaciais e mortas da sociedade.²⁴

Segundo Souza um veículo duradouro, que popularizou essas ideias e suscitou reflexões junto a um público mais culto, foi a revista interdenominacional *Fé e Vida*, organizada por presbiterianos. A publicação trazia à tona questões acerca da religiosidade e da psicologia aplicada às questões sociais, relacionando a teologia e a cultura da época. Era uma publicação do Instituto de Cultura Religiosa fundada em 1939 por Miguel Rizzo Júnior, pastor da Igreja

²³ BURITY, Joanildo. *Fé na Revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011, p. 127.

²⁴ *O Puritano*, 25.04.1938, p.1-2 apud SOUZA, 2005, p.105.

presbiteriana Unida de São Paulo ²⁵. Sobre essa publicação Éber Ferreira Silveira Lima afirma:

A Revista de Cultura Religiosa nasceu de um claro desejo de seus fundadores em identificar-se com esse movimento inovador. Uma coincidência propiciou que três protestantes voltados para o moderno – Othoniel Motta, Epaminondas Melo do Amaral e Miguel Rizzo Júnior – partilhassem o espaço de uma mesma cidade – Campinas – e articulassem o que seria a primeira revista teológica protestante publicada no Brasil, bem no começo da década de 20.²⁶

Conforme Matos outra publicação de destaque foi *Lucerna*, editada pelo mesmo instituto, como sucessora da Revista de Cultura Religiosa. Tendo como diretor Epaminondas de Melo Amaral, a junta editorial era formada por Othoniel Motta, Salomão Ferraz e Miguel Rizzo Júnior. Contou ainda com a colaboração de Erasmo Braga. Em seus editoriais, “versava sobre interesse religioso e social, meditações úteis para o púlpito, notícias de ideias e fatos do mundo religioso, apreciação de publicações recentes e notícias regulares da obra de cooperação eclesiástica”.²⁷

A revista *Unitas*, segundo Matos foi publicada a partir de 1946 (antes de *Fé e Vida*) tinha as seguintes seções: notas e comentários, o Momento Internacional, Problemas sociais, Miscelânea, Ideias e conceitos, Focalizando, Poligrafia, Literatura, Fé e vida. Tendo circulado por muitos anos, teve um enorme número de colaboradores²⁸. Uma informação importante para localizar esse fluxo de teologias, teólogos e temas, nas primeiras décadas do século XX, está presente em *Por Uma Fé Encarnada: Teologia Social e Política no Protestantismo Brasileiro*, tese de doutorado de Wanderley Pereira Rosa, ele aponta uma seção específica dirigida por João Del Nero, importante jurista e principal articulista da revista.

²⁵ SOUZA, 2005, p. 107.

²⁶ LIMA, Éber Ferreira Silveira. *Entre a sacristia e o laboratório: os intelectuais protestantes brasileiros e a produção da cultura (1903-1942)*. 2008, 197 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008, p. 95.

²⁷ MATOS, Alderi S. A Atividade Literária dos Presbiterianos no Brasil, In: *Fides Reformata*. V. XII, n. 2, 2007, p. 7.

²⁸ MATOS, 2007, p. 9.

Tinha uma seção dedicada a Problemas Sociais, cujo responsável foi o jurista cristão João Del Nero, que, desde os primeiros artigos, mostrava-se bastante interessado em como o cristianismo, e o protestantismo em particular, poderia influenciar positivamente as mais variadas áreas da sociedade. Valendo-se de alguns dos artigos publicados ao longo dos anos, Del Nero publicou em 1945 uma obra pioneira sobre o tema, cujo título era *Problemas Sociais do Mundo Atual*. Em grande medida familiarizado com os teólogos e pensadores de destaque em sua época, Del Nero citava constantemente em seus escritos Karl Barth, Reinhold Niebuhr, Paul Tillich, Emil Brunner, Berdiaeff, Maritain, Fosdick e Walter Rauschenbusch, dentre outros.²⁹

Como observou Souza no Brasil, a renovação teológica chegou penetrando a topografia institucional das igrejas, sendo disseminada, entre outros, por Erasmo Braga, que traduziu um texto de Barth, apresentando sua ação como uma renovação espiritual na Alemanha. Segundo ele, “os interessados na renovação do pensamento religioso deveriam ler as obras de Barth [...]”.³⁰

Outro marco do surgimento de uma nova teologia no Brasil foia chegada de Richard Shaull, que se tornou professor no Seminário Presbiteriano de Campinas e articulista no jornal da Mocidade Presbiteriana, além de assessor teológico na UCEB. Um depoimento de Shaull sobre o panorama no campo das ideias teológicas no Brasil é esclarecedor:

A construção da teologia tradicional era limitada aos pensadores calvinistas (Hodge e Strong, juntamente com vários pregadores fundamentalistas norte-americanos) ou evangelistas (de E. Stanley Jones a William Orr). Os nomes de Barth, Brunner e Bonhoeffer e outros conhecidos pensadores europeus e norte-americanos começavam a atrair alguma atenção. Sentia-me à vontade no mundo desses pensadores, de forma que podia introduzir seus escritos e seus pensamentos aos que desejassem. Estava em condições, também de trazer ao Brasil, pessoas e livros do exterior. Por algum tempo, tivemos a visita de vários professores vindos da Europa e dos

²⁹ROSA, 2015, p. 95.

³⁰ O Puritano, 4.5.1929, p.1 apud SOUZA, 2005, p. 115.

Estados Unidos, juntamente com os mais importantes líderes do movimento ecumênico, além de um bom número de teólogos hispano-americanos. 31

Essa efervescência movimentou a juventude na Mocidade Presbiteriana e chegou aos seminaristas, desejosos de maior diálogo com seu tempo. A Igreja possuía o Seminário Presbiteriano do Sul (SPS), em Campinas/São Paulo; o Seminário Presbiteriano do Norte (SPN), em Recife/Pernambuco; e o Seminário Presbiteriano do Centenário (SPC), em Vitória/Espírito Santo. Nesses três seminários se repetiu o acontecido com a Mocidade Presbiteriana: a tendência conservadora usou de justificativas para que um grupo opositor assumisse o comando da IPB. Em 1966, o Supremo Concílio, realizado Fortaleza/Ceará, fez uma ampla discussão sobre os seminários. Quanto ao Seminário Presbiteriano do Sul, o assunto foi tratado de forma leviana, segundo Sônia Mota

A posição da comissão foi muito contestada. O Seminário de Campinas não teve direito à defesa, o que contrariava a Constituição da Igreja. Nem o presidente da diretoria nem o deão foram ouvidos. Ao reitor foram dados apenas cinco minutos para a defesa, mas ele preferiu distribuir no plenário o seu pronunciamento. Outra medida inconstitucional foi a criação da Comissão Especial. Mesmo os protestos de alguns, a proposta da Comissão foi aceita pelo plenário e a CE iria atuar também nos outros Seminários. Foi um período de expurgos, denúncias e perseguições.³²

A Comissão Especial de Seminários tinha amplos poderes para interferir em todas as dimensões da educação teológica: no âmbito administrativo, teológico, pastoral e pedagógico. Essa decisão foi questionada por presbitérios e Igrejas, pois feria os princípios da democracia presbiteriana, não respeitando os concílios menores,

³¹ SHAULL, Richard. *De dentro do furacão* – Richard Shaull e os primórdios da Teologia da Libertação. São Paulo: Ed. CEDI: CLAI: Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1985, p. 191.

³² MOTA, Sônia Gomes. IPU – *Vozes da resistência*. 2003. 165 f. Tese (Mestrado). Instituto Ecumênico de Pós-Graduação – IEPG, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2003, p. 188.

diretamente responsáveis pela vida dos seminaristas e pelo acompanhamento dos seminários e professores. É o que consta da resolução de nº 66-091 – doc. VI.

O SC resolve: 1) Reconhecer que uma situação de fato existe que compromete o futuro da Igreja; 2) Declarar que, embora respeitando o foro íntimo de cada indivíduo, a IPB não entende que a liberdade de exame implique na abertura de suas portas a toda a sorte de dúvida e heresias; 3) Determinar que os professores dos seminários da IPB se dediquem ao preparo intelectual e espiritual de seus alunos e se abstenham de propaganda e práticas ecumenistas e ideológico-políticas; 4) Determinar às congregações que cancelem as matrículas de todos os alunos cujas ideias ou cuja conduta sejam havidas pelas Congregações de Professores ou pelas entidades superiores da administração, incompatíveis com os padrões éticos e doutrinários da IPB; 5) Nomear uma Comissão Especial com plenos poderes para dar execuções às providências desta resolução, podendo inclusive: a) Dispensar professores, devolvendo-os aos seus concílios de origem; b) Nomear professores e levantar recursos em entendimento com a Tesouraria do SC; c) Reestruturar ou organizar Diretorias dos Seminários, de modo que as medidas tomadas se tornem efetivas; 6) Assegurar direitos amplos de defesa aos incriminados, segundo os termos da CI/IPB e do CD; 7) Determinar que a Comissão supra se instaure e inicie seus trabalhos no prazo máximo de trinta dias a contar da data da aprovação. (sic) [DIGESTO PRESBITERIANO, 1961-1970, 246].³³

Essa tomada de posição instaurou de vez o fundamentalismo na IPB. Conforme Souza, “os líderes sufocaram os espaços de ensino teológico, formação pastoral e produção acadêmica. A intenção era clara: demitir professores e membros das diretorias, proceder às

³³ Cf. Citado por VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. 2014, 291f. Tese(doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. 2014, p. 209.

acusações, impedir ou cancelar matrículas de alunos”³⁴. Em 1966, o fundamentalismo fechou legalmente o cerco sobre as posições consideradas modernistas.

O Seminário Presbiteriano de Campinas passou por uma reviravolta. Um centro que tinha sido referência presbiteriana ao longo dos anos no Brasil via-se a mercê da intervenção da Comissão de Seminários:

No que se refere ao Seminário Presbiteriano do Sul (SPS), sob a direção do seu presidente o Rev. Mário Lício, tendo como vice-presidente o Rev. Boanerges Ribeiro e a secretaria do Rev. Renato Fiuza Telles, a Diretoria do Seminário reuniu-se nos dias 20 e 21 de dezembro de 1966, em Campinas, São Paulo, e dispensou do exercício da docência nesta escola os professores: Rev. Júlio Andrade Ferreira, Francisco Penha Alves, Samuel Martins Barbosa e Elizeu Narciso. Tais professores não concordavam com a criação da CES (Comissão Especial de Seminários) bem como de sua ingerência nos assuntos do Seminário Presbiteriano do Sul. No que concernia ao corpo discente o jornal Brasil Presbiteriano trazia a seguinte nota: "medidas necessárias foram adotadas para que a ordem e a disciplina reinem em 1967 entre os alunos" (JORNAL BRASIL PREBITERIANO. São Paulo, Ano IX, n.º 23 e 24, dezembro de 1966, p. 07).³⁵

Conforme João Dias o desmonte na educação teológica prosseguiu com um golpe maior: o fechamento do Seminário do Centenário, que era o mais novo na IPB. A justificativa imediata para o fechamento do seminário foi o fato de terem sido encontrados tocos de cigarro nos corredores, o que feria a ética presbiteriana, contrária ao tabagismo. Os professores se mostravam relapsos e o seminário necessitava de reorientação. Consoante Paixão Junior em uma entrevista, Joaquim Beato, professor e uma das célebres figuras do Seminário Centenário, lembrou:

³⁴ SOUZA, 2005, p. 218.

³⁵ PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzáles. *Poder e memória: o autoritarismo na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008, p. 294.

Não houve processo, não houve nada, era tudo feito mais ou menos sumariamente, executando as decisões previamente tomadas por Boanerges (...) a impressão que eu tenho (...) é que tudo foi pró-forma. O Seminário já veio condenado previamente e a Comissão teria apenas que fazer um arremedo de inquérito do Seminário (Entrevista com Rev. Joaquim Beato. Vitória, Espírito Santo, 27/03/1999).³⁶

O Seminário Presbiteriano do Norte, em Recife, não teve outra sorte. Conforme Vilela o professor João Dias de Araújo foi demitido e expulso do seminário no fim do ano letivo de 1970 porque, sobre ele, pesavam acusações de ser comunista, ecumenista e modernista. Para essas pessoas, consideradas indesejadas, a IPB vinha exercendo algumas ações repressoras.

5. A reação conservadora na cúpula da igreja o expurgo nos presbitérios e igrejas

Uma vez na cúpula, a tendência conservadora conduziu a Igreja para uma linha autoritária, que, em três mandatos consecutivos do rev. Boanerges Ribeiro liquidou as resistências, e imprimiu uma subserviência aos espaços de poder. Uma vez a intolerância infiltrada nas relações de poder, criou dispositivos que propiciaram um desvirtuamento do sistema de governo presbiteriano.

Em 1966, os pastores e presbitérios que não foram submissos ao Supremo Concílio e questionaram suas resoluções passaram a ser perseguidos pela cúpula da Igreja. As retaliações foram firmes. Houve diversas experiências de abusos, em SP, MG, ES, BH, RJ, foram selecionadas duas como exemplificadoras dessa situação que ocorreram nos presbitérios em São Paulo, de Belo-horizonte. Em São Paulo, além de intervir no Seminário de Campinas, o Supremo Concílio desmembrou o presbitério. Segundo João Dias as Comissões Executivas dos Concílios e as Comissões Especiais foram hipertrofiadas, por meio de arbitrariedades e ilegalidades:

O Presbitério de São Paulo foi surpreendido por uma convocação da executiva do sínodo de uma reunião para seu desmembramento, com objetivo da criação de dois outros presbitérios, convocação ocorrida, que desconsiderava os tramites

³⁶ ARAUJO, 1982, p. 182.

hierárquicos, pois as vinte e seis igrejas que o compunham seriam divididas de uma hora para outra sem prévio conhecimento do PSP. Tudo ao arbítrio do CE/SSP. Que havia convocado diretamente as igrejas e pastores, função privativa do PSP. O Presbitério vendo sua prerrogativa aviltada, convocou representantes das igrejas e seus respectivos pastores a se reunir extraordinariamente^{1º} de Junho de 1968 e pronuncia-se numa resolução conforme registra Dias ³⁷

Quando à convocação da comissão Executiva do Sínodo de São Paulo, publicada no Brasil Presbiteriano de 1º -15 de maio de 1968 convocando representantes de igrejas e respectivos pastores para a instalação de dois presbitérios, o Presbitério de São Paulo resolve:

1º). Considerando que é ilegal a medida tomada pelo CES/SSP, porque contraria a Art. 3º e § 2º da CI da IPB.2º) Considerando que é ilegal a convocação mandada pela CE/SSP diretamente às Igrejas e pastores do PSP, em face do que dispõe a CI da IPB, no Art 61, no Art 62 e letra b, que atribui ao Presbitério a jurisdição sobre Ministros e Conselhos de determinada região, combinados com os Artigos que estabelecem a competência privativa dos Presbitérios.3º) Considerando que é função privativa dos Presbitérios fazer a transferência de Ministros, Art.88 letra c, da CI da IPB. 4º) Considerando que o Presbitério de São Paulo, concílio com jurisdição sobre ministros e Igrejas, é personalidade jurídica e que, por isso, de acordo com as leis do País, nenhuma das igrejas sobre sua jurisdição pode ser dele desmembrada sem o consentimento da Assembleia do presbitério e mutuo consentimento.5º) Considerando que realmente não existem condições, satisfatórias, para o desdobramento de um presbitério quando este, pela maioria de seus membros, acha que não deve ser desdobrado.[...].³⁸

³⁷ ARAUJO, 1982, p. 80.

³⁸ ARAUJO, 1982, p. 79.

A crise havia sido debelada e, em sua reposta, o Sínodo desconsiderou o Presbitério de São Paulo, prosseguindo com o desmembramento. A reação do presbitério foi verificada em 8 de junho de 1968, de acordo com o espírito do governo legítimo presbiteriano como atesta Dias:

1º). Considerando que a PSPL quando se dirigiu à CE/SSP, fundamentou sua decisão com arrazoados sobre dispositivos da CI/IPB e que a CE/SSP, na sua resposta, não entrou no mérito do arrazoado, limitando-se a declarar que sua decisão é legal, como se bastasse tal declaração para estabelecer legalidade.[...]6º) resolve dar ingresso de imediato com ação declaratória, na qual a Justiça Civil se pronunciará normativamente sobre o assunto .³⁹

As demandas foram parar na Justiça Civil e, após longo período, o Presbitério de São Paulo foi vitorioso e se desligou da IPB. Esse panorama mostrava o Supremo Concílio infiltrando-se nas decisões dos concílios menores, cooptando as lideranças e desrespeitando a estrutura presbiteriana. Em função dessa postura, o Presbitério de Jundiá deligou-se da IPB em 7 de maio de 1977. Segundo João Dias houve uma série de ações contra as igrejas que não aderiram:

Invasões aos templos, despojamento de pastores, reuniões de conselhos protegidas pela polícia, presbitérios ultrajados pelo Sínodo, lutas internas, ódio, denúncias mentirosas, cassação de candidatos ao ministério, e outros episódios indignos aos irmãos da fé. (Resumo de Atas do Presbitério de São Paulo, 1967).⁴⁰

Outro exemplo de imposição da política eclesiástica foi verificado na cidade Belo Horizonte/Minas Gerais, envolvendo a II Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte. Conforme Teixeira rev. Lemuel Nascimento, pastor da Igreja, de postura ecumênica e com sólida teologia social, era candidato à reeleição. O Presbitério abriu concorrência ao pastorado, mas não havendo outros candidatos, o concílio autorizou a eleição do rev. Lemuel Nascimento, “segundo as regras do Presbitério e da II IPBH, Lemuel recebeu 174 votos dos

³⁹ ARAUJO, 1982, p. 84.

⁴⁰ ARAUJO, 1982, p. 84.

229 membros presentes, o equivalente a 76%. Os votos contrários, brancos e nulos somaram 33, ou 14%”.⁴¹

Embora a eleição parecesse decidida, João Diasaponta que, em reunião ordinária realizada em 1968, o “Presbitério de Belo Horizonte tomou decisões que contrariaram a vontade dos membros da Igreja: declarou nula a eleição; considerou inconveniente a reeleição do rev. Lemuel do Nascimento; e aplicou a pena de admoestação”.⁴²

A II IPBH vendo sua administração presbiteriana aviltada, recorreu ao Sínodo de Belo Horizonte, que, em reunião extraordinária realizada na 1ª Igreja Presbiteriana de Lavras, deu provimento ao recurso, considerando que a eleição ocorreu segundo os estatutos legais presbiterianos. O Sínodo decidiu então:

- 1º). Reconhecer a legalidade da eleição do Rev. Lemuel Nascimento e a inconsistência da alegação do Presbitério de Belo Horizonte
- 2º) Declarar nulas e de pleno direito às penalidades aplicadas pelo presbitério ao Conselho e ao pastor, porque foram cominadas sem processo.
- 3º) Determinar ao presbitério de Belo Horizonte a efetivação e posse do pastor.⁴³

Essa demanda não foi acolhida pelo Presbitério, que passou a desrespeitar as decisões do Sínodo. Com o apoio da Comissão Executiva do Supremo Concílio, ordenou que não fossem cumpridas as decisões do Sínodo. Essa foi política do período boanergista funcionava com a descaracterização do sistema presbiteriano. Segundo João Dias, o Sínodo ainda teve outra reunião em Caxambu, buscando a conciliação entre o Presbitério e a Igreja. Entretanto, o Presbitério recebia ordens diretas do Supremo Concílio, numa forte intransigência.

6. A IPBE o apoio a ditadura militar

O panorama anterior indica o fechamento teológico e isolamento da IPB, que teve início nos anos 50. Segundo Rubem Alves o período foi caracterizado pela denúncia dos modernistas, romanistas, hereges, adeptos do Evangelho Social e ecumênico-

⁴¹ TEIXEIRA, Eurico. 2º Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte. *1951 cinquenta anos de história 2001*. Ed. Gráfica da Imprensa Oficial de Minas Gerais. 2001, p. 69.

⁴² ARAUJO, 1982, p. 86.

⁴³ ARAUJO, 1982, p. 86.

romanistas. Souza⁴⁴, entretanto, indica que o conflito interno vinha de longa data, nos termos de fundamentalismo contra o modernismo. “Por isso, fala-se que a denominação antecedeu ao golpe civil militar de 1964 no espírito combativo e antidemocrático”.⁴⁵

Com essa construção simbólica, é possível compreender a relação entre a IPB e o golpe civil-militar e a deposição do presidente João Goulart. O clima de intolerância e suspensão do discurso progressista aliado à elaboração teológica superficial do nicho conservador propiciou a Igreja saudar a ascensão dos militares ao poder em 1964:

Cremos que os presbiterianos, seja qual for seu partido político, devem a si mesmo, a Cristo e à nação, uma atitude positiva de participação nas tarefas imensas que aguardam o país. O presidente da República tem-se revelado um cidadão sereno, judicioso, bem-intencionado e capaz. Desde as primeiras horas do exercício da Presidência, suas palavras austeras; sua firmeza; sua moderação na vitória, imprimiram aos acontecimentos um rumo conveniente e tranquilizador. Merece, com seu governo, o apoio dos cristãos, que devem constantemente orar a Deus por ele, e positivamente participar da vida nacional (JORNAL BRASIL PRESBITERIANO. São Paulo, ano VII, nº 9, junho de 1964, p. 3).⁴⁶

A IPB não espelhava o liberalismo protestante americano do século XIX, mas o que Elizete da Silvachama de “afinidades eletivas entre conservadorismo protestante e a ditadura militar produziram convergências ideológicas e cooperação efetiva das instâncias eclesiásticas com as autoridades e governos militares”⁴⁷. Não foi por acaso a identificação feita pela ala conservadora entre ecumenistas e comunistas, que ela mesma afirma como um aspecto de justificativa dosexpurgos.

Outro aspecto a ser ressaltado foi a identificação de ecumenistas e comunistas. Tal confusão

⁴⁴ SOUZA, 2005, p. 240.

⁴⁵ ALVES, 1982, p. 168.

⁴⁶ Cf. Citado por PAIXÃO JUNIOR, 2008, p. 175.

⁴⁷ SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo C. (Org) *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 49.

ideológico-eclesiástica serviu para justificar expurgos das comunidades e delações de irmãos vistos como ecumenistas aos órgãos repressivos do governo militar.⁴⁸

A partir de 1964, o jornal Brasil Presbiteriano passou a dar espaço às autoridades militares, com declarações, datas cívicas e um apoio às iniciativas contra os comunistas. Uma destas manifestações foi a saudação aos militares quando da saída de Garrastazu Médici e a posse de Geisel, chamado de irmão, por ser um luterano. Vilela destaca o fato em trecho do jornal oficial da Igreja.

[...] Ao General Emílio Garrastazu Médici nossa gratidão pela lhanura e justiça com que nos tratou no seu governo. Ao General irmão Ernesto Geisel, nossas orações a Deus para que seu governo seja uma benção para todos os brasileiros de todas as crenças. Adeus Presidente Médici – Benvindo Irmão Geisel! (597 IGREJA Presbiteriana Nacional saúda Presidente da República. Jornal Brasil Presbiteriano, p. 06, mar-abr. 1974).⁴⁹

A memória desse período é um dos desafios acadêmicos contra o silenciamento das relações entre religião e poder, a memória conecta não apenas experiências individuais do ponto de vista psicológico e afetivo, mas experiências coletivas vivenciadas dentro das articulações do jogo de interesses e poder de grupos que conforme Le Goffusam de mecanismos de silenciamentos “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desse mecanismo de manipulação da memória coletiva”.⁵⁰

Conclusão

A disputa entre representações impôs uma ênfase na IPB, que, segundo Vilelase expressou, após o golpe militar, no afastamento de todo discurso de cunho social. A Igreja voltou-se apenas para a evangelização e a conversão. Logo, abafou-se toda a tendência ecumênica. ⁵¹O que veio depois desse contexto foi uma cisão na IPB pela qualos grupos perseguidos e postos para fora da

⁴⁸ SILVA, 2009, p. 49.

⁴⁹ VILELA, 2014, p. 239.

⁵⁰ LE GOFF, 1990, p. 426.

⁵¹ VILELA, 2014, p.99.

Igreja, herdeiros da tendência ecumênica existente na IPB, organizaram-se na Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas/FENIP, que depois assumiu o nome de Igreja Presbiteriana Unida (IPU), vítimas de exclusões e batalhas judiciais, esses grupos não abandonaram a identidade presbiteriana ecumênica.

Referências

ALVES, Rubem. *Protestantismo e Repressão*. São Paulo: Ática, 1979.

ARAUJO, João Dias de. *Inquisição sem Fogueiras*. Rio de Janeiro: ISER, 2º ed. 1982.

BURITY, Joanildo. *Fé na Revolução: protestantismo e o discurso revolucionário brasileiro (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

BRASIL PRESBITERIANO, Jornal Edição Especial – Supremo Concílio de 2014 Natal – RN 19 a 26 de julho de 2014. Disponível em: <[file:///C:/Users/USU%20%81RIO/Downloads/bp-especial%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USU%20%81RIO/Downloads/bp-especial%20(1).pdf)> acesso em: 22 de junho de 2017.

CASIMIRO, Arival Dias. *O discurso presbiteriano: a teologia de Princeton e sua influencia na formação dos pastores nordestinos*. Revista Ciências da Religião- História e Sociedade, ano 1, n. 1, São Paulo, 2003.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

COPPE, Moises. *Piedade, responsabilidade e política: historia e memória da UCEB*. Belo Horizonte: Filhos da graça /Noah Edições, 2015.

FAJARDO, Alexander. Fundamentalismo protestante nos Estados Unidos e Brasil: Intolerância religiosa no rádio e seus (des)caminhos sonoros. *Revista Paralellus*, Recife, v. 7, n. 15, mai./ago. 2016, p. 249-271 Disponível em: <[file:///C:/Users/USU%20%81RIO/Downloads/794-3159-1-PB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/USU%20%81RIO/Downloads/794-3159-1-PB%20(4).pdf)> Acesso em: 21 de junho de 2017.

FARIA, Eduardo Galasso. *Fé e Compromisso: Richard Shaull e a Teologia no Brasil*. São Paulo: ASTE, 2002.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990. (Coleção repertórios).

LIMA, Éber Ferreira Silveira. Entre a sacristia e o laboratório: os intelectuais protestantes brasileiros e a produção da cultura (1903-1942). 2008, 197f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

MATOS, Alderi S. A Atividade Literária dos Presbiterianos no Brasil, In, *Fides Reformata*. V. XII, n. 2 de 2007.

MENDONÇA, Antônio G. A herança e a contribuição da reforma para o Brasil. A importância de João Calvino na teologia e no pensamento cristão. In: LEMBO, Cláudio; COSTA, Hermistein Maia P; GOUVÊA, Ricardo Q. *O pensamento de João Calvino*. São Paulo: Mackenzie, 2000. (Série Colóquios), v.2.

MOTA, Sônia Gomes. IPU – *Vozes da resistência*. 2003. 165 f. Tese (Mestrado). Instituto Ecumênico de Pós-Graduação – IEPG, Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2003.

PAIXÃO JUNIOR, Valdir Gonzáles. *Poder e memória: o autoritarismo na Igreja Presbiteriana do Brasil no período da ditadura militar*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

QUADROS, Eduardo Gusmão de. *Evangélicos e o Mundo Estudantil: uma historia da Aliança Bíblica Universitária do Brasil (1957-1987)*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2011.

ROGERS, Jack B. Autoridade e Interpretação da Bíblia na tradição reformada. In: MCKIM, Donald K. *Grandes Temas da Tradição Reformada*. São Paulo: Pendão Real, 1998,

ROSA Wanderley Pereira da. *Por uma fé encarnada: Teologia Social e Política no Protestantismo Brasileiro*, 2015. 318f. Tese(doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SANTA ANA, J. A caminho de Vancouver. *Caderno do CEDI* 12, Rio de Janeiro: CEDI, 1984, p. 7-17.

SILVA, Elizete da. Protestantes e o governo militar: convergências e divergências. In: ZACHARIADHES, Grimaldo C.(org.) *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009, p.31-51.

SILVA, A. C. T. *As origens do movimento ecumênico na Amazônia paraense*. 2005. 186 f. Dissertação (Mestrado em Teologia). Escola Superior de Teologia. EST: Porto Alegre, RGS, 2005. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp001179.pdf>> Acesso em: 01 junho de 2017.

SOUZA, Silas Luís de. *Pensamento Social e Político no protestantismo brasileiro*. São Paulo: Mackenzie, 2005.

SHAULL, Richard. *De dentro do furacão: Richard Shaull e os primórdios da Teologia da Libertação*. São Paulo: CEDI: CLAI: Programa Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, 1985. (Coleção Protestantismo e Libertação).

TEIXEIRA, Eurico. *2º Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte*. 1951 cinquenta anos de história 2001. Belo Horizonte: Gráfica da Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2001.

VILELA, Márcio Ananias Ferreira. *Discursos e práticas da Igreja Presbiteriana do Brasil durante as décadas de 1960 e 1970: diálogos entre religião e política*. 2014, 291f. Tese(doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco. 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/11870/TESE%20M%C3%A1rcio%20Ananias%20Ferreira%20Vilela.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 13 de Março de 2017.